

O DESAFIO DA FORMAÇÃO PELA PESQUISA E A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO (OBEDUC): CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS THE CHALLENGE OF TRAINING THROUGH RESEARCH AND THE TRAJECTORY OF THE EDUCATION OBSERVATORY PROGRAM (OBEDUC): CONTRIBUTIONS TO BUILDING MEMORY IN PUBLIC POLICIES

Carolina Carvalho*

Jaqueline Moll**

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a formação de professores por meio da pesquisa, tendo como referência a trajetória do Programa Observatório da Educação (Obeduc). Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho analítico e com coleta de dados bibliográfica e documental. A metodologia utilizada para investigação foi a histórico-dialética, com análise de documentos legais e institucionais. Foi apresentada a história do Obeduc com intuito de auxiliar na compreensão do cenário político institucional em que se deu a formulação, implementação e interrupção do programa Obeduc. Construiu-se o argumento de que o programa Obeduc se inseriu no conjunto de políticas educacionais brasileiras, em especial àquelas voltadas para educação básica, intimamente ligadas ao contexto político e ao projeto de nação e sociedade adotado pelos governos brasileiros, marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade. De acordo com a pesquisa, pode-se concluir que o programa Obeduc por meio de um formato abrangente e inovador e por apresentar proposta de valorização articulada dos saberes da educação básica foi capaz de atuar não apenas em prol da formação em pesquisa, mas também para formação inicial e continuada de professores e para a promoção da articulação entre universidade e escola básica.

PALAVRAS-CHAVE:. Observatório da Educação - Obeduc; Pesquisa como princípio educativo; Formação docente

ABSTRACT:

This article aims to reflect on teacher training through research, with reference to the trajectory of the Education Observatory Program (Obeduc). This is an exploratory research with an analytical nature and with bibliographical and documental data collection. The methodology used for the investigation was the historical-dialectical one, with analysis of legal and institutional documents. A historical contextualization of Obeduc was carried out in a with the aim of helping to understand the institutional political scenario in which the formulation, implementation and interruption of the Obeduc program took place. The argument was built that the Obeduc program was inserted in the set of Brazilian educational policies, especially those focused on basic education, closely linked to the political context and the project of nation and society adopted by Brazilian governments, marked hegemonically by the logic of discontinuity. According to the research, it can be concluded that the Obeduc program, through a comprehensive and horizontal format and by presenting a proposal for the articulated valorization of basic education knowledge, was able to act not only in favor of research training, but also to initial and continued training of teachers and for the promotion of articulation between university and basic school.

KEYWORDS:. Education Observatory - Obeduc; Research as an educational principle; Teacher training

* calumw01@gmail.com

** jaquelinemoll@gmail.com

Introdução

Diante do panorama de sociedade atual, em meio a enormes avanços tecnológicos, mudanças constantes e alteração de valores sociais e educacionais, é cada vez mais necessário pensar e repensar sobre a finalidade da educação em seus diferentes níveis e modalidades. Para tanto, dentre outros caminhos para essa reflexão, este trabalho destaca a relevância do fomento à formação dos professores por meio da pesquisa como mecanismo para dar a estes profissionais maior autonomia e capacidade de reflexão crítica sobre suas práticas.

Portanto, as reflexões tecidas no decorrer desse estudo pretendem contribuir para uma melhor compreensão sobre a importância da elaboração de políticas públicas que garantam uma sólida formação que possibilite a criticidade do docente, e este possa contribuir de forma significativa para o desempenho dos alunos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da educação.

A formação pela pesquisa tem como premissa inicial a superação da aula copiada, e dos modelos tradicionais de pedagogia. Estando ligada ao entendimento da pesquisa como princípio educativo (DEMO, 1997) e como modelo didático do professor (PORLÁN e RIVERO, 1998).

Assumir a formação pela pesquisa implica em assumir o educar pela pesquisa, onde a investigação passa a ser expediente cotidiano na atividade docente. O pesquisar passa a ser princípio metodológico a ser usado em sala de aula pelo professor, onde o trabalho desenvolvido em aula deve girar permanentemente em torno do questionamento reconstrutivo de conhecimentos já existentes. (DEMO, 2006)

A formação pela pesquisa permite ao docente, mesmo em cenários de mudanças significativas no campo da educação, que seja possível observar a própria prática e encontrar soluções para situações que precisem ser ressignificadas em favor de um trabalho educativo de maior qualidade.

Refletir acerca da formação de nossos professores requer que vislumbremos primeiramente o contexto histórico da formação destes no Brasil. Ocorre que durante a maior parte do tempo no Brasil esta formação esteve ausente ou não foi considerada necessária para os estudantes de graduação de cursos de licenciatura, futuro professor da Educação Básica. Os currículos de formação, concebidos no modelo conteudista, reforçavam a dicotomia ensino-pesquisa, teoria e prática, numa clara redução do caráter epistêmico da atuação profissional docente. (FARIAS, JARDILINO e SILVESTRE, 2016).

A respeito da temática é importante ressaltar o papel da universidade como elo central para formação de professores pela pesquisa: estando ela ligada tanto à atividade de pesquisa, quanto a formação do pesquisador.

Ainda nos dias de hoje, nas universidades brasileiras, seja nos cursos de graduação ou nos programas de pós graduação, percebe-se uma preocupação mais voltada ao formalismo do ensino e reprodução de conhecimentos em detrimento a produção do saber propriamente dito. Os docentes, em sua grande maioria, não são preparados e nem possuem condições apropriadas para trabalhar o ensino com e para a pesquisa. Na outra ponta, se encontram os discentes acostumados ao ensino conservador e fragmentado, com certa resistência em receber qualquer proposta de mudança na metodologia de ensino. (LAMPERT, 2008).

Diante do exposto, observa-se que a questão da formação do professor pesquisador exige das pesquisas feitas nas universidades uma posição mais crítica e interrogativa dos saberes fixos, propositiva de novas soluções para realidade atual dentro das escolas.

A respeito da temática, este trabalho destaca a instituição do Programa Observatório da Educação – Obeduc, como iniciativa do governo federal para indução à pesquisas em educação, instituída em 2006 numa parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, visando estimular a produção acadêmica em educação e a formação de recursos pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado, promovendo, assim, a interlocução entre a universidade e a escola básica.

O Obeduc contemplou o financiamento de bolsistas de doutorado, mestrado, graduação e professores da educação básica vinculados a rede pública de ensino, agregados em torno de propostas de pesquisa, individuais ou em rede, selecionadas por meio de edital e apresentadas por Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino de IES públicas ou privadas. A promoção da articulação entre a pós-graduação e a educação básica foi uma forte marca do programa Obeduc. (CLÍMACO, NEVES e LIMA, 2012).

O Programa contou com editais em 2006, 2008, 2009, 2010 e 2012, tendo em seu último edital chegado a financiar 90 projetos. A partir de 2015, como a agravamento da crise econômica e política do país, foi interrompido, apesar de seu Decreto instituidor, n. 5803/2006, permanecer vigente, o que permitiria novas edições no caso de haver interesse do governo em retomar a ação.

Destaca-se que os últimos anos do Brasil foram marcados por profundas mudanças na gestão pública, muitas ações e políticas foram interrompidas, revelando momento *sui generis* onde a própria democracia por vezes foi posta em xeque. Nesse sentido, este trabalho ressalta a importância do registro e da reflexão sobre cada política pública implementada, preservando a histórias das políticas educacionais brasileiras e permitido a identificação de acertos e vulnerabilidades da ação e o consequente aprendizado.

No presente trabalho abordaremos uma reflexão sobre a formação de professores por meio da pesquisa, tendo como referência central a trajetória do programa Obeduc, entendendo ser relevante preservar a memória de nossas políticas públicas em prol da construção do pensamento pedagógico da educação brasileira.

O trabalho está organizado em torno de três pontos: 1. A pesquisa como princípio educativo e sua relação com formação docente; 2. A trajetória do Programa Obeduc; e 3. Considerações finais reforçando a importância do programa, em seu forte potencial indutor da formação de professores para e pela pesquisa, e para promoção da interlocução entre a universidade e a escola básica.

1. A pesquisa como princípio educativo e sua relação com formação docente

A pesquisa como princípio educativo é uma abordagem pedagógica que coloca a investigação e a descoberta no centro do processo de aprendizagem. Em vez de se basear apenas na transmissão de conhecimentos prontos, ela envolve a os alunos em atividades investigativas, promovendo a construção do conhecimento de forma ativa e significativa.

Essa abordagem também possui uma relação intrínseca com a formação docente, sendo tema recorrente nos trabalhos de Freire (1996), Demo (1996, 2006), Lüdke (2001), Gatti (2010), Barreto (2009), André (2006), partir do final da década de 1980, apresentando crescimento na década de 1990.

Os referidos autores enfatizam um olhar para a formação docente na defesa da superação de um modelo de formação tradicional que nos acompanha desde a constituição da formação de professores na República, onde a prática docente enfatiza a transmissão de conteúdos, não propiciando espaço pedagógico para o estudante desenvolver sua capacidade de reflexão crítica, o pensamento autônomo e o espírito científico e investigativo.

Freire (1996) nos diz que o ato de ensinar não é como um ato de transferência de conhecimento e sim como uma prática que demande reflexão crítica para evitar a reprodução alienada, criando possibilidades para o aluno produzir ou construir conhecimentos.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996)

A obra “Pedagogia do Oprimido”, se traduz na proposição de um novo modelo de ensino, com uma dinâmica menos vertical entre professores e alunos e a sociedade na qual se está inserido. O professor tendo o papel de estimular o ato de pesquisar, sendo um facilitador, criando um ambiente propício para que os estudantes desenvolvam suas habilidades de pesquisa, transformando o aluno em sujeito e não

apenas objeto da história. Ao transformar a sala de aula em laboratório, seria possível garantir a aprendizagem dos alunos das classes sociais menos favorecidas com maior autonomia e assim fazê-los alcançar um nível intelectual mais elevado. (FREIRE, 1996).

O pesquisador Pedro Demo, trabalha muito o tema da educação pela pesquisa preconizando a inclusão da teoria e prática da pesquisa nos processos de formação educativa do indivíduo com o objetivo de ampliar o exercício da cidadania.

Em “Educar pela Pesquisa” Demo (1996) afirma que “a base da educação escolar é a pesquisa, não a aula, ou o ambiente de socialização, ou a ambiência física, ou o mero contato entre professor e aluno” (p. 7-8). Para ele, a escola baseada no ensino tradicional com aula copiada não se distingue de qualquer outro ambiente onde o aluno aprende a reproduzir.

Mais importante do que as aulas e a transmissão de conteúdos, na busca de cobrir extensões infindáveis de matéria, seria abrir espaço para que o aluno trabalhe com temas de pesquisa, a fim de exercitar a capacidade de dar conta de temas com aprofundamento intensivo, os quais lhe permitam desenvolver a capacidade de elaboração própria. A avaliação giraria em torno da produção própria, e não consistiria em provas calcadas nos conteúdos desenvolvidos em aulas.

Na obra “Pesquisa: princípio científico e educativo”, Demo (2006) também enfatiza a pesquisa como peça fundamental no processo emancipatório capaz de construir o sujeito:

Pesquisa como princípio científico e educativo faz parte de todo processo emancipatório, no qual se constrói o sujeito histórico autossuficiente, crítico e autocrítico, participante e capaz de reagir contra a situação de objeto e de não cultivar o outro como objeto. Pesquisa como diálogo é processo cotidiano integrante do ritmo de vida, produto e motivo de interesses sociais em confronto, base da aprendizagem que não se restrinja a mera reprodução; Na acepção mais simples, pode significar conhecer, saber, informar-se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente”. (DEMO, 2006. P.42- 43).

Nesse sentido, os trabalhos de Pedro Demo corroboram os entendimentos disseminados na obra de Freire, no sentido de realizarem forte crítica ao professor que não pesquise, pregando inclusive que o “Professor tem que ser Pesquisador, Socializador e Motivador.” (DEMO, 2006, p.48).

Na lógica da pesquisa como princípio educativo, a noção de professor precisa ser revista. O papel de professor passa de mero instrutor a verdadeiro mestre. Como mestre, ele seria aquele capaz de elaborar a aula e fazer ciência por si mesmo, e não um sujeito apenas capaz de repetir conteúdos previamente estudados.

A pesquisadora Menga Ludke (2001), também tem sido defensora da pesquisa como princípio educativo, vendo na formação inicial a oportunidade de apropriação de um recurso que irá possibilitar que o professor possa questionar sua prática e o contexto no qual ela está inserida; portanto, a pesquisa representa “um recurso de desenvolvimento profissional” (p. 51). E corrobora os entendimentos de Demo (1996, 2006) e Freire (1997) defendendo que o próprio professor deve ser um constante pesquisador em seu trabalho diário e acrescenta que há limitações tanto na academia, onde se dá a formação profissional, bem como no tempo disponível para o desenvolvimento de pesquisas ser insuficiente.

Ludke (2001) discute a relação entre a produção de pesquisa, pelos pesquisadores, e o trabalho do professor em seu dia-a-dia, focalizando uma possível mediação que as disciplinas didáticas e práticas de ensino poderiam exercer entre esses dois polos. Alerta também para o risco de se assumir posições radicais em relação os papéis desempenhados pela teoria e pela prática dentro do cenário de trabalho do professor.

No que diz respeito à formação do professor pesquisador, defende que a própria natureza da educação, apresenta problemas de cunho epistemológico que dificultam a visualização clara do caminho de formação do seu pesquisador quando comparada ao de outras áreas. Para a autora existem falhas nos cursos de graduação, devido à formação pluralista, só podendo o professor se aprofundar no tema de sua preferência no nível de pós-graduação. (LUDKE, 2001).

Analisando o tema da formação docente, Gatti (2001) também conclui que há insuficiente participação das instituições de ensino superior nos projetos de desenvolvimento ou nas inovações do sistema educacional, bem como pouca utilização das pesquisas educacionais. E aponta como fatores preponderantes para esse quadro os seguintes:

(...) desvinculação das universidades em relação aos problemas práticos; visão idealizada e teórica da universidade sobre o ensino; falta de contato dos órgãos governamentais com a universidade;

caráter teórico das pesquisas; inexistência quase total de trabalhos conjuntos; falta de divulgação dos resultados das pesquisas; dificuldades dos administradores de ensino de fazer a passagem da teoria para a prática; rigidez do sistema educacional na absorção de propostas inovadoras; a pouca importância atribuída à pesquisa em alguns segmentos governamentais. (Gatti, 2001, p. 113)

Pedro Demo (2006), denuncia que há pouca ênfase para a atividade de pesquisa nos espaços de formação de professores.

Nesse sentido, podemos considerar que um elo central nesta discussão é sem dúvida papel da universidade. Esta, historicamente, sempre esteve intrinsecamente ligada a atividade de pesquisa e a formação do pesquisador. Ocorre, que durante boa parte da história brasileira esta formação esteve ausente ou nem sequer foi considerada necessária para os estudantes de graduação de cursos de licenciatura, futuros professores da Educação Básica.

Os currículos de formação, concebidos no modelo tradicional conteudista, reforçam a dicotomia ensino-pesquisa, teoria e prática, numa clara redução do caráter epistêmico da atuação profissional docente. (FARIAS, JARDILINO e SILVESTRE, 2016).

Se debruçando sobre a temática da formação docente nas universidades brasileiras, a pesquisadora Ana Waleska P. C. Mendonça, também nos convida para reflexão a partir de estudo direcionado para o momento histórico em que os cursos de licenciatura foram instituídos no país, nos anos 30. Ela ressalta a necessidade de a universidade se repensar como instituição, e se redefinir em suas relações com a sociedade na qual está inserida, já tendo sido exatamente este o debate em torno à universidade e ao seu papel na sociedade brasileira que presidiu a organização dos primeiros cursos de formação de professores em nível superior no país. (MENDONÇA, 1994).

A ideia de pesquisa como componente necessário ao trabalho e à formação dos professores está presente em obras de numerosos estudiosos da educação tendo aparecido também em leis, projetos e programas governamentais.

A versão de 2002 da Lei de Diretrizes Nacionais para os cursos de formação de professores (BRASIL, 2002) já previa um indicativo de que a pesquisa deveria ser um componente da formação, embora, conforme os autores, isso não tenha se consubstanciado nas práticas formativas. Nas mais recentes diretrizes curriculares

nacionais (BRASIL, 2015) apontam mais incisivamente para esta questão. Os novos referenciais de formação docente, principalmente as Diretrizes Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação – MEC, indicam que um dos problemas a serem enfrentados nos cursos de licenciatura se refere ao tratamento dispensado à pesquisa.

De acordo com Dourado (2015), as novas diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, no esforço de se ajustar ao tema, “contemplam a articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão como “princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa”.

Diante de um considerável amadurecimento dos conceitos em relação à temática, percebe-se que boa parte dos estudiosos da área defende que o enfrentamento do problema demanda do poder público a formulação e implementação de políticas articuladas e que sejam capazes de interferir positivamente nesse cenário.

O presente trabalho destaca a instituição do Programa Observatório da Educação – Obeduc, iniciativa do governo federal, iniciada em 2006, voltada para o fomento a formação associada à pesquisa, que teve a finalidade de “fomentar a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados em educação, em nível de mestrado e doutorado, por meio de financiamento específico (...)” (Decreto N° 5.803/ 2006).

Na seção seguinte destacaremos a trajetória e principais marcos da história do Obeduc, como política pública do Ministério da Educação, coordenada pela Capes em parceria com Inep, voltada para indução de pesquisas em educação e para formação associada à pesquisa.

2. Trajetória do Programa Obeduc

A instituição do Observatório da Educação – Obeduc, se insere em um ambiente favorável às ações sociais em que as políticas públicas voltadas para a formação de professores se adensavam em torno de programas e propostas governamentais dos órgãos centrais, como a Capes, o Inep, e CNPq. Importante ressaltar que o programa é uma ação que reflete o contexto político da época, que foi marcado por políticas progressistas que se desenharam de 2003 a 2015.

Mas para se entender o cenário de implementação do Obeduc, é válido revisitar alguns acontecimentos que o antecedem.

Em janeiro de 2001, ocorre a edição da Lei n. 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação: o PNE. O referido Plano, que havia sido elaborado em 1996 e 1997, foi instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e vigorou por 10 anos. No texto da lei, na seção que aborda as questões do magistério da Educação Básica, são estabelecidos 28 objetivos e metas para a formação dos professores e a valorização do magistério. Tais metas tinham como princípio estruturante a instituição de uma política global de magistério que implicasse a formação profissional inicial, as condições de trabalho, salário e carreira, e a formação continuada.

Em atendimento aos referidos objetivos e metas para a formação dos professores e a valorização do magistério e visando robustecer a formação inicial e continuada de profissionais da Educação Básica, o Ministério da Educação (MEC) publica Decreto nº 5.803, de 08 de junho de 2006, instituindo o Programa Observatório da Educação (Obeduc), com o objetivo de fomentar estudos e pesquisas em educação, que utilizassem a infraestrutura disponível das Instituições de Educação Superior - IES e as bases de dados existentes no INEP.

O Obeduc foi instituído pelo Governo Federal no ano de 2006, sob a vigência do Ministro da Educação Fernando Haddad, segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Resultou da parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Por sua atuação destacada na condução do Sistema Nacional de Pós Graduação - SNPG, a CAPES passa a ter suas competências ampliadas em 2007, por meio da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, passando também a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para educação básica, a partir de lei aprovada no congresso nacional por unanimidade.

Para responder pelas novas atribuições, foram criadas duas diretorias na Capes: a Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB e a Diretoria de Educação a Distância – DED.

À recém-criada DEB, ficou a incumbência de coordenar as políticas educacionais focadas na formação inicial de professores para Educação Básica, através

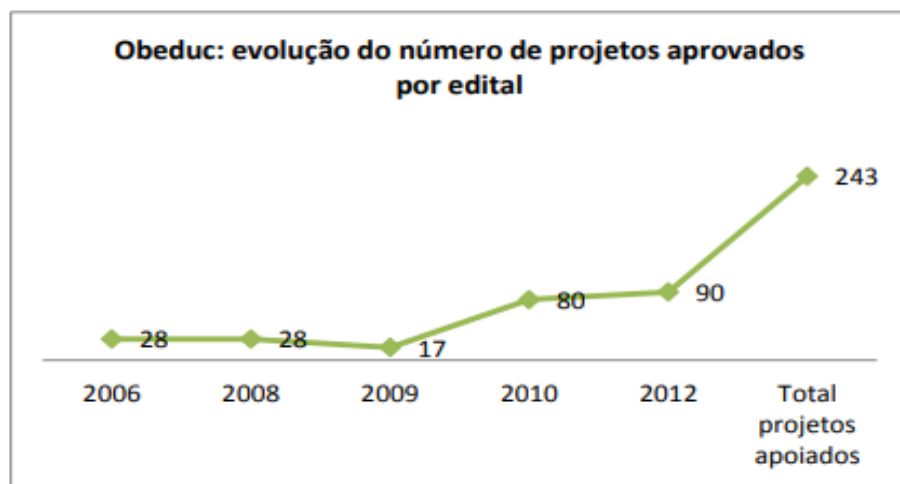
da organização e do apoio aos cursos de licenciatura e na valorização do magistério, garantida por um conjunto articulado de programas que fomentam projetos de estudos, pesquisas e inovação (BRASIL, 2013; 2015).

Para tanto, a DEB definiu quatro linhas de ação para a organização de seus programas, quais foram: (1) formação inicial; (2) formação continuada e extensão; (3) formação associada à pesquisa e; (4) divulgação científica.

Segundo dados extraídos dos relatórios da Capes (Brasil, 2013, 2015), essa articulação sistêmica incentivava as instituições de ensino superior *“a reconhecerem nas escolas públicas um espaço de construção e de apropriação de conhecimento, tornando-as, simultaneamente, protagonistas e beneficiárias dos programas e dos estudos desenvolvidos”*, desta forma contribuindo para unir ensino, pesquisa e extensão.

É na terceira linha de ação da DEB, voltada para formação associada à pesquisa, que o programa Obeduc encontrou berço, cresceu e se desenvolveu tendo alcançado relevância dentro da comunidade acadêmica o que justificou a publicação de 5 editais nos anos de 2006, 2008, 2009, 2010 e 2012. O último edital foi lançado em 2012, com início de vigência em 2013, e incluiu 90 projetos aprovados na seleção, das quais 70 de caráter local e 20 em rede. No total, o programa Obeduc apoiou 243 projetos, tendo apresentado uma evolução crescente em número de projetos apoiados.

Gráfico 1: Evolução do número de propostas aprovadas por edital



Fonte: Relatório de Gestão DEB/CAPES 2013

Para contar a trajetória o Programa Obeduc, o presente estudo realizou análise documental que contemplou investigação em documentos tanto da CAPES quanto do MEC. Alguns dos documentos analisados fazem parte do acervo interno da Diretoria

de Formação de Professores da Educação Básica – DEB/CAPES, disponível apenas aos servidores da CAPES, e puderam ser utilizados como base de dados para o presente trabalho mediante autorização solicitada à DEB/CAPES.

Por meio da pesquisa documental, o presente trabalho também buscou documentos no Arquivo Central do Ministério da Educação - MEC, onde foi localizado o processo físico de número 23123.000436/2006-10 (MEC, 2006) que registra a tramitação das minutas que resultaram na publicação do Decreto nº 5.803/2006, permitindo a posterior publicação do primeiro edital do Obeduc em 20 de junho de 2006.

Quando a Capes recebeu a incumbência de trabalhar na gestão do programa, novos processos foram instruídos e constam neles apenas a versão do primeiro edital publicado em 08 de junho de 2006, sem o histórico dos documentos anteriores. O processo mencionado acima não está digitalizado, mas pode ser consultado por outros pesquisadores mediante solicitação ao Arquivo Central do MEC.

Na minuta que deu origem ao Decreto nº 5.803/2006, constam algumas modificações e exclusões de trechos que foram suprimidos do texto publicado. A maior parte das supressões foi contemplada no texto do primeiro edital do programa, Edital n. 01/2006/INEP/CAPES que foi publicado ainda no mesmo mês.

No entanto, em análise mais detalhada observamos que a retirada da palavra “permanente” no Art. 2º a respeito do financiamento do programa que deveria ser, segundo a minuta: “por meio de financiamento específico e permanente”.

No texto efetivamente publicado o Art. 2º traz que o financiamento Obeduc contemplaria apenas a qualidade de ser específico:

Art. 2º O Observatório da Educação tem como finalidade fomentar a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados em educação, em nível de mestrado e doutorado, por meio de financiamento específico, conforme as seguintes diretrizes (...)

Este detalhe, pode revelar um desejo implícito de seus formuladores iniciais de que a política do Obeduc pudesse ser permanente, e quem sabe configurada como uma ação de Estado e não como política de um Governo, suscetível à descontinuidade.

O Observatório da Educação nasceu sendo uma política com diretrizes amplas envolvendo vários atores, voltada para promoção da articulação entre a pós-graduação, graduação e educação básica, sendo suas diretrizes descritas em nove itens:

- I. contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na temática da educação;
- II. estimular a criação, o fortalecimento e a ampliação de áreas de concentração em educação em programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes no País, nos diferentes campos do conhecimento;
- III. incentivar a criação e o desenvolvimento de programas de pós-graduação interdisciplinares e multidisciplinares que contribuam para o avanço da pesquisa educacional;
- IV. ampliar a produção acadêmica e científica sobre questões relacionadas à educação;
- V. apoiar a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação *stricto sensu* capacitados para atuar na área de gestão de políticas educacionais, avaliação educacional e formação de docentes;
- VI. promover a capacitação de professores e a disseminação de conhecimentos sobre educação;
- VII. fortalecer o diálogo entre a comunidade acadêmica, os gestores das políticas nacionais de educação e os diversos atores envolvidos no processo educacional;
- VIII. estimular a utilização de dados estatísticos educacionais produzidos pelo INEP como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira; e
- IX. organizar publicação com os resultados do Observatório da Educação. (Decreto nº 5.803/2006)

A respeito da parceria com o Inep, destaca-se que se dava para a utilização das bases de dados constituídos e disponibilizados pelo Inep a respeito das principais avaliações nacionais como Prova Brasil, da Ana, Ideb, Enem, Pisa, entre outros, com restrição aos microdados que não foram disponibilizados.

Sobre o financiamento Obeduc, poderiam se candidatar os projetos vinculados a programas de pós-graduação – PPGs *stricto sensu* reconhecidos pela Capes e que desenvolvessem linhas de pesquisas voltadas à educação.

Esses programas de pós-graduação poderiam estar organizados em Núcleos Locais compostos por, pelo menos, um PPG *stricto sensu* de uma IES ou Núcleos em Rede, formados por até três PPGs *stricto sensu* de IES distintas (foi também possível a organização em rede de mais de três PPGs em torno da pesquisa, porém, o teto orçamentário máximo equivaleria a três PPGs). Os projetos tiveram duração de 24 a 48 meses. (BRASIL, 2015)

A formação associada a estudos e pesquisas tinha o propósito de simultaneamente formar mestres e doutores em grandes temas da educação brasileira,

conforme estabelece o PNE, e buscar respostas a dados e indicadores levantados pelo INEP, contribuindo para a melhoria da educação.

O programa permitia que Programas de Pós-Graduação-PPGs, de IES, tanto públicas quanto privadas apresentassem propostas de projetos de estudos e pesquisas em educação. Os projetos também foram organizados em Núcleos locais compostos por, pelo menos, um PPG *stricto sensu* de uma IES, ou em Núcleos em rede, compostos por pelo menos três PPGs *stricto sensu* de IES distintas. (BRASIL, 2015)

Inicialmente seu financiamento contemplou a concessão de bolsas em 3 modalidades (Coordenação Institucional, Doutorado e Mestrado). Apenas no seu segundo Edital em 2008, já sob a coordenação da DEB/CAPES, na ambiência da Política Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, e em parceria com a então SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade), o novo Edital/2008 trouxe como principal modificação a inclusão da previsão de bolsas para estudantes da graduação e professores da educação básica, inclusive externando ser esse um dos objetivos específicos “promover a inserção de docentes nos projetos de pesquisa educacional” (BRASIL, 2015)

O programa passou então a oferecer, também bolsas nas modalidades Graduação e Professor da Educação Básica, além dos repasses de valores para custeio e capital.

A inclusão de bolsas para professores da educação básica e para alunos de licenciatura e de graduação que se envolvam com as pesquisas e os estudos sinaliza a preocupação da Capes com a atratividade da carreira do magistério e com a formação e o aperfeiçoamento de profissionais fortemente comprometidos com a qualidade de educação brasileira. (BRASIL, 2015)

Essa inclusão, caracteriza o ponto inovador do programa, que o diferenciou de outras iniciativas públicas voltadas para o fomento de pesquisas educacionais.

Após passar a ser coordenado na Capes e dentro da Diretoria de Formação de professores da Educação Básica - DEB/CAPES, depreende-se a intenção dos gestores à época de situar o programa Obeduc dentro do escopo da Política Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica que foi gestada nessa mesma Diretoria.

A esse respeito, nos relatórios de gestão da DEB 2013 e 2015 consta informação de que o Observatório da Educação teve como princípio pedagógico o trabalho

coletivo de pesquisadores, professores da educação básica, graduandos e pós-graduandos na produção de conhecimento no campo educacional.

“Nesse sentido, a escola deixa de ser vista como mero espaço de investigação e seus agentes apenas como sujeitos passivos e assumem o papel de propositores de saberes, participantes ativos na busca de propostas transformadoras que aliem a prática docente aos conhecimentos acumulados no campo educacional.” (BRASIL, 2013)

Ao se induzir uma composição mais complexa aos grupos de pesquisa, incluindo graduandos e professores EB, há uma clara ideia de valorização do professor da Educação Básica, incorporando-o ao grupo de pesquisa tal como os demais membros. Pode-se dizer que a uma inversão da lógica da escola como mero objeto da pesquisa.

A esse respeito, os relatórios de gestão da DEB 2013 e 2015, sintetizam e justificam a inclusão da previsão de bolsas para estudantes da graduação e professores da educação básica utilizando a seguinte contribuição de Cortelazzo (2004):

- a pesquisa em educação cumpre importante função de desvelar os processos de apropriação, de reelaboração e de produção de conhecimentos; a inclusão de diferentes sujeitos na prática da pesquisa (graduandos, pós-graduandos e professores de diferentes níveis educacionais)
 - pode se efetivar com prática da pesquisa colaborativa num movimento de inclusão em todos os níveis da educação;
 - a pesquisa e a prática profissional permitem aos alunos de licenciatura a vivência da escola e a descoberta do contexto em que eles já atuam (na educação infantil ou nas séries iniciais, com a formação no ensino médio para o magistério, ou nas séries finais do ensino fundamental).
- (CORTELAZZO, 2004)

A edição do Obeduc em 2009, por solicitação da Secretaria de Educação Continuada - SECAD/MEC, publicou-se o Observatório da Educação Escolar Indígena, uma edição especial com foco nos territórios etno-educacionais indígenas.

Os programas de pós-graduação organizaram-se em Núcleos Locais ou em Rede e os projetos tiveram duração de até dois anos (2010-2011), entretanto, devido à solicitação da SECAD, às políticas afirmativas do MEC e do Governo Federal e, ainda, à importância da continuidade das pesquisas, foi autorizada a prorrogação de vigência dos projetos por mais 12 meses (2012). As modalidades de bolsas oferecidas contemplaram: Coordenação Institucional, Doutorado, Mestrado, estudantes de Graduação e docentes da Educação Básica intercultural indígena. (BRASIL, 2015)

Como contribuição do referido edital, destaca-se a realização do I Seminário do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena, realizado nos dias 08 e 09 de

novembro de 2011, juntamente com o III Seminário do Programa Observatório da Educação, ambos integrando as comemorações dos 60 anos da CAPES.

Em 2009 foi o ano em que se institui de fato a Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica, coordenada pela DEB/CAPES, valorizando a proeminência do espaço escolar na formação do profissional do magistério, seja na formação inicial, seja na continuada, que já vinha sendo discutida nos espaços acadêmicos governamentais a algum tempo.

A quarta edição do programa, por meio do Edital nº 38/2010, foi sem dúvida impactada pela nova Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica e teve um foco especial em questões relacionadas à alfabetização e ao domínio da Língua Portuguesa e da Matemática, dado o caráter estruturante dessas áreas na formação das crianças e jovens e seu impacto no sucesso escolar.

Na prática a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, se direcionou para um lado para a formação inicial do licenciando por meio do Programa Institucional de Bolsas de **Iniciação à Docência** - Pibid, e por outro a estruturação da referida política, propiciou a articulação entre teoria e prática nos processos formativos e nas pesquisas financiadas por meio do Obeduc.

Assim o Edital Obeduc de 2010, colocou ênfase na escola básica, chamando a atenção para aspectos estruturantes da educação brasileira apontados pelo IDEB e que careciam de atenção no sentido de estudos que pudessem contribuir e propor soluções para os enormes desafios postos à qualidade do sistema educacional no país. Para tanto, a Capes ampliou significativamente sua participação no fomento ao programa e foram apoiados 80 projetos.

Com a ampliação do número de propostas aprovadas pelo Observatório da Educação a partir do edital de 2010, as temáticas relativas à educação indígena foram incluídas no escopo do programa.

Em outubro de 2012 foi publicada a Portaria nº 152 da Capes, marco da regulamentação do programa Obeduc, assegurando os avanços dos editais anteriores no que se refere a estrutura do programa, objetivos e quadro de bolsistas. O último edital Obeduc nº 49/2012, foi publicado em novembro de 2012 e possibilitou a contratação de novas propostas com diferentes focos, reafirmando o seu caráter como política pública abrangente.

Figura 1. Editais Obeduc em linha do tempo



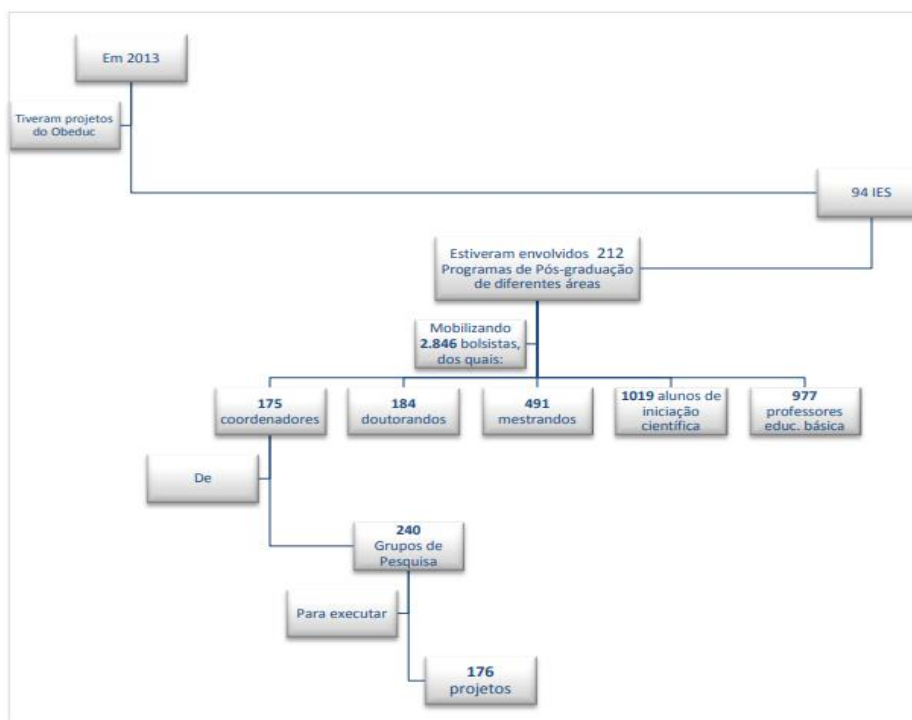
Fonte: Elaboração própria, resultado de pesquisa

O sucesso do programa Obeduc pode ser evidenciado pela qualidade dos trabalhos e produtos dos projetos, pela interlocução entre professores universitários e da escola básica, pelo expressivo número de recursos humanos pós-graduados e pelas falas de participantes constantes nos relatórios de atividades dos projetos apoiados.

Nos editais 2006 e 2008, foram aprovados 28 projetos em cada; em 2009, no Observatório da Educação Escolar Indígena, foram aprovados 17 projetos e em 2010, o edital selecionou 80 projetos. O último edital foi lançado em 2012. Os projetos contemplados tiveram início de sua vigência no primeiro semestre de 2013 e incluíram mais 90 propostas novas, das quais 70 projetos locais e 20 em rede. Portanto, o total é de 243 projetos apoiados nos cinco editais.

A figura abaixo ilustra a abrangência, capilaridade e potencialidade do programa Obeduc que abrigou na vigência de sua última edição, no ano de 2013, 94 Instituições de Ensino Superior – IES e 212 Programas de Pós-Graduação de diferentes áreas para execução de 176 projetos que envolviam o financiamento de aproximadamente 2.846 bolsistas naquele ano.

Figura 2. Abrangência dos projetos vigentes em 2013



Fonte: Relatório de Gestão DEB/CAPES 2013

A coleta de dados e pesquisa documental deste estudo, identificou situações em que professores da educação básica participantes dos projetos de pesquisa, influenciados pelo meio acadêmico, se encorajaram a voltar para sala de aula e ingressar na pós-graduação, cursando mestrados e doutorados, dando continuidade às suas formações como docentes.

Esse é um dado muito relevante do potencial indutor do programa que pode justificar a grande quantidade de pedidos provenientes das diferentes áreas educacionais por editais específicos e na demanda de toda a comunidade acadêmica pelo lançamento de novo edital.

Nos relatórios da DEB e outros documentos institucionais internos da CAPES, identifica-se a intenção de haver a edição de novos editais nos anos pares. Essa periodicidade explica-se por haver projetos de até 4 anos, razão pela qual a cada novo edital somavam-se os projetos que permanecem em vigência. Assim, existia um impacto financeiro e em recursos humanos dentro da CAPES, uma vez que a gestão operacional do Obeduc implicava uma rotina diária envolvendo múltiplos procedimentos e setores. Segundo o relatório de gestão DEB 2011 – 2014, publicado em 2015:

Os rígidos limites orçamentários estabelecidos para 2014 inviabilizaram o lançamento de novo edital. Enquanto aguarda o crescimento orçamentário que permita a publicação e a seleção de novas propostas, a equipe trabalhará na análise de relatórios de cumprimento de objeto, produtos e resultados do programa. (Brasil, 2015, p. 138)

A partir de 2015, o país começou a passar por crises orçamentárias, culminando com ajustes fiscais cada vez mais impactantes ao orçamento dos programas do MEC. A pasta perdeu R\$ 10,5 bilhões, ou 10% do orçamento só em 2015 (Estadão SP, 2016).

Agravando a crise econômica do país, no fim de 2015 iniciou-se o processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff finalizado em agosto de 2016, resultando na cassação do seu mandato. A edição da Emenda Constitucional 95 em 15 de dezembro de 2015, que limita por 20 anos os gastos e investimentos do governo federal, representou um duro golpe para os serviços públicos e, conseqüentemente, para os programas apoiados pelo Ministério da Educação.

A educação foi uma das pastas que mais sofreu com a medida, sancionada sob o governo de Michel Temer e mantida no mandato de Jair Bolsonaro. De 2016 até setembro de 2022, o MEC sofreu corte orçamentário de R\$ 74 bilhões para outras áreas, segundo levantamento feito pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara em janeiro de 2023. Nesse cenário de bloqueios orçamentários e precariedade de recursos voltados para educação, diversos programas e políticas públicas como o Obeduc foram descontinuados e outros perderam capacidade de atuação devido à redução expressiva em valores financiados e número de bolsas.

Apesar do último edital do programa ter ocorrido em 2012, o decreto de institui o Obeduc permanece vigente, dando margem para que novos editais possam ser elaborados caso haja uma mudança na agenda do MEC sinalizando interesse.

A partir das informações aqui apresentadas, na seção seguinte teceremos nossas considerações finais sobre o estudo.

3. Considerações finais

Numa sociedade onde o conhecimento tem cada vez mais valor, a interligação entre educação e pesquisa, desponta como ferramenta crucial ao aperfeiçoamento dos sujeitos. A educação por meio da pesquisa torna-se um desafio na contemporaneidade.

O entendimento da pesquisa como princípio educativo (Demo, 1997) e como modelo didático do professor ((Porlán, 1998; Porlán e Rivero, 1998), convoca especialmente os gestores de políticas públicas a terem um olhar especial para formação de professores.

Corroborando o entendimento de Freire (1996), Demo (1997; 2006), Lüdke, (2001), Gatti (2001), Gatti e Barreto (2009), André (2005), Dourado (2015) o presente trabalho defende a concepção de que a pesquisa deve ser usada como um instrumento fundamental para auxiliar o professor no seu desenvolvimento profissional e na construção da uma autonomia emancipatória e para tanto deve estar presente na agenda das ações públicas educacionais brasileiras.

Nesse sentido, a partir de 2007, o Ministério da Educação por meio da CAPES apoiou diversas ações e programas, como desdobramento direto de uma política nacional voltada para formação de professores do magistério da educação básica, instituída em 2009, visando contribuir para melhoria da qualidade da educação básica, por meio da valorização da docência, do docente, assim como a importância da articulação entre teoria e prática nos processos formativos.

O programa Observatório da Educação está inserido nesse conjunto de políticas para formação de professores vinculados à Capes, e por meio de seu formato abrangente e inovador e por apresentar proposta de valorização articulada dos saberes da educação básica, em seus pouco mais de dez anos de vigência, demonstrou ser relevante na atuação em prol da formação inicial e continuada de professores a partir do desenvolvimento de pesquisas no campo da educação.

O professor da educação básica é uma figura fundamental na pesquisa como princípio educativo: quer como licenciando na graduação, quer como sujeito da pesquisa e da reflexão sobre sua própria prática docente nos cursos de pós-graduação.

O grande diferencial do programa Obeduc foi entender essa importância da figura do professor da educação básica incorporando-o aos grupos de pesquisa da pós-graduação tal como os demais membros, promovendo uma inversão na lógica da escola como mero objeto da pesquisa, promovendo-o ao status de pesquisador, confirmando Pedro Demo (2009) que afirma “para aprender e para fazer aprender, pesquisa é referência chave”.

Um professor só transforma seus alunos em pesquisadores críticos e reflexivos a partir do momento em que como professor também buque e apresente esse perfil pesquisador, sempre questionando aquilo que o cerca.

No programa Observatório da Educação verifica-se que o processo de formação do professor, não se restringe ao momento da formação inicial, pois ele se prolonga por todo o trajeto profissional do docente, mediante uma relação dialética, defendida por Freire (1996) como essencial na prática pedagógica, quando coloca:

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunde com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática, enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo (FREIRE, 1996)

A valorização das experiências e saberes acumulados pelos professores da educação básica, a imersão em projetos de pesquisa realizados no programa Obeduc propiciou aos professores da educação básica participantes instrumentos para refletir sobre suas práticas profissionais no cotidiano da sala de aula, capacidade de teorizar sobre elas, e capacidade de compartilhar entre seus pares, buscando “distanciamento” epistemológico da prática, aproximando-se ao máximo dela, conforme Freire (1996).

O modelo de financiamento proposto pelo programa incluindo bolsistas de doutorado, mestrado, graduação e professores da escola básica, evidencia outro aspecto interessante do programa: a sua capacidade efetiva em promover a aproximação entre universidade e a escola, por meio do trabalho conjunto em grupos de pesquisa com diferentes atores.

O presente artigo, pretendeu promover um resgate da memória do Programa Obeduc enfatizando as peculiaridades de cada edital e destacando a sua capacidade como política educacional em promover a interlocução entre a pós-graduação, graduação e escola básica, a partir da concessão de bolsas que incentivaram a participação graduandos, professores e alunos da pós-graduação em grupos de pesquisa, estimulando, ainda, a vontade de ser professor do graduando, do professor de ser pesquisador e de se cruzar os caminhos da universidade e da escola.

Ainda que possa ser considerada como uma política pública pontual diante da sua descontinuidade, há indícios de que os trabalhos realizados nos projetos financiados no Obeduc permitiram, para além da formação associada à pesquisa, alavancar e construir pontes e relações de parceria entre universidades e escolas.

Portanto, reiteramos neste estudo a relevância e a indispensabilidade de programas e ações em políticas públicas que privilegiem a interação escola e universidade, visto que esta união proporciona saberes teórico-metodológicos, apoio, encorajamento e segurança para o alcance das concepções atreladas à assimilação dos aspectos intelectuais dos alunos.

Sem a pretensão de esgotar o debate, esperamos que novas questões sobre o programa Obeduc e sobre a formação associada à pesquisa possam ser objeto de outros trabalhos com intuito de “alargar o repertório da nossa ciência, dos pontos de vista teórico e metodológico. Alargar o espectro das nossas maneiras de pensar e de falar sobre educação, [...] é para isso que serve a pesquisa educacional”. (NÓVOA, 2015, p. 271).

Referências legais

- Decreto nº 5.803, de 08 de junho de 2006 – cria o Observatório da Educação.
- Decreto 6.755 de 19 de janeiro de 2009 - Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério e regulamenta a ação da CAPES.
- Edital nº 01/2006/CAPES/INEP, de 20/06/2006, publicado no DOU nº 116, Seção 3, pág. 22.
- Edital nº 01/2008/CAPES/INEP/SECAD, de 24/07/2008, publicado no DOU nº 141, Seção 3, pág. 25.
- Edital nº 001/2009//CAPES/ SECAD/INEP, de 03 de agosto de 2009.
- Edital nº 38/2010/CAPES/INEP, de 24/06/2010, publicado no DOU nº 119, Seção 3, pág. 43.
- Edital no. 49/2012, de 05 de novembro de 2012, publicado no DOU nº. 05/11/2012, na Seção 3, página 47.
- Lei no 4.024/1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei no 9.394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei n. 10.172, de **9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação o PNE
- Portaria nº 028, de 27 de janeiro de 2010. Regulamento da Concessão do Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa – AUXPE.
- Portaria no. 152, de 30 de outubro de 2012. Aprova o Regulamento do Programa Observatório da Educação.

Referências bibliográficas

- ANDRÉ, M. E. Pesquisa, formação e prática docente. In: _____. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2005.
- ANDRÉ, M.; PESCE, M. K. Formação do professor pesquisador na perspectiva do professor formador. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v 4, n. 7, jul. - dez. 2012. Disponível em [62-Texto do artigo-177-180-10-20180621 \(4\).pdf](#)
- BRASIL. Relatório de Gestão - Observatório da Educação. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, Capes, Ministério da Educação. Brasília, DF, 2013. Disponível em [Relatórios e Dados — CAPES \(www.gov.br\)](#)
- BRASIL. Relatório de Gestão DEB 2009 – 2014, vol. 2. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica. Capes. Ministério da Educação, 2015. Disponível em [Relatórios e Dados — CAPES \(www.gov.br\)](#)
- CLÍMACO, João Carlos Teatini de Souza; NEVES, Carmen Moreira de Castro; LIMA, Bruno Fernandes Zenobio de. Ações da Capes para a formação e a valorização dos professores da educação básica do Brasil e sua interação com a pós-graduação. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v.9, nº 16, abril. Brasília, CAPES, 2012, p. 181-209.
- CORTELAZZO, I.B.C. Pesquisa na Educação Superior: articulação, graduação e pós-graduação. In: Pedagogia em debate: desafios contemporâneos. Curitiba: Editora UTP, 2004.
- DEMO, P. Educar pela pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1996.

- DEMO, Pedro. Pesquisa: principio científico e educativo. 12ª ed. São Paulo: Cortez ed. 2006.
- DOURADO, Luiz Fernando. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: Limites de perspectivas, 2007, CLACSO, *Repositorio Digital*, ID : [10670/1.iezs80](#)
- FARIAS, I. M. S.; JARDILINO, J. R. L.; SILVESTRE, M. A. Contribuições do Obeduc como pesquisa em rede para a formação do professor. *Revista Educação Matemática em Foco*. Volume 5 - Nº 1 Jan – Jun /2016.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GATTI, Bernadete A. A formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.
- GATTI, Bernadete A. Pesquisa, Educação e Pós-modernidade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 595- 608, set./dez. 2005.
- LAMPERT, Ernâni. O ensino com pesquisa: realidade, desafios e perspectivas na universidade brasileira. *Revista Linhas Críticas*, Brasília, v. 14, n. 26, p.131-150, jan./jun.2008.
- LÜDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. *Revista Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 74, Abril 2001.
- NÓVOA, A. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em educação. *Educação & Pesquisa*, v. 41, n. 1, p. 263-272, jan./mar. 2015.